

Caderno de Provas

CCS 32 – NS

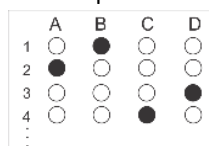
PEDAGOGO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edital Nº. 001/2023 –
Prefeitura / Câmaras Municipais do Seridó/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** ao fiscal.
- Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, antes de decorridas três horas do início das provas, deverá entregar também o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

O futuro do trabalho ou o trabalho sem futuro?

Marcelo Augusto Vieira Graglia

Billy Turnbull era um rapaz astuto, nos seus recém-completados 14 anos de vida. Naquela manhã fria de maio de 1831, caminhava pela rua principal de Bedlington em direção à mina que ficava no lado oeste da cidade, próxima à estrada que levava ao norte. Por entre a névoa, Billy já distinguia as pedras da igreja de São Authbert. Cerca de 400 metros abaixo, virou à esquerda, após a casa de Walter Daglass. Três portas acima, havia um arco que levava a um pátio com seis residências e um pomar. As casas eram decrépitas, para dizer o mínimo. O campo de batatas ficava do outro lado da parede dos fundos, seguia por ali para cortar caminho.

Naquela manhã fria, quando Billy Turnbull finalmente chegou à entrada da mina, a querela já estava armada. Dezenas de homens, vestidos em seus farrapos e com seus rostos tingidos pelo pó preto do carvão, se aglomeravam em torno da máquina a vapor recém-adquirida pelo Sr. Stephens. Com suas pás e picaretas, amotinados, golpeavam o equipamento que respondia emitindo longos chiados. Em pouco tempo, a máquina parecia morta, imóvel e silenciosa. Assustado, Billy viu Brian Llewellyn saindo do meio dos mineiros e vindo em sua direção. Quando o amigo se aproximou, perguntou: O que está havendo, Brian? Ao que este respondeu: Não sou Brian, meu nome é Ned Ludd.

A história acima foi construída a partir de personagens fictícios, mas baseada em fatos históricos. Ned Ludd era a alcunha utilizada por muitos dos trabalhadores envolvidos em protestos e sabotagens. O ludismo foi um movimento de trabalhadores iniciado na Inglaterra, no início do século 19, que utilizou a destruição de máquinas como forma de pressionar os empregadores contra as condições precárias e contra a mecanização que causava demissões e substituição de funções mais qualificadas por outras de pouca exigência técnica e mais mal remuneradas.

No campo do trabalho humano, é histórico o temor pelos efeitos potencialmente destruidores da tecnologia sobre os postos de trabalho, simbolicamente representado pelo movimento ludista. Nesta segunda década do século 21, novamente a emergência de uma nova onda de inovação tecnológica reacende a polêmica com visões diametralmente opostas: de um lado, a daqueles que vislumbram um futuro brilhante, no qual a tecnologia libertaria a humanidade da obrigação do trabalho duro, repetitivo, desestimulante, ao mesmo tempo que elimina doenças, promove a longevidade, o conforto e o deleite com novas possibilidades lúdicas e sensoriais trazidas por artefatos tecnológicos e ambientes digitais; de outro, em posição antagônica, há aqueles que temem as consequências potencialmente nefastas da proliferação da tecnologia de forma intensa por tantos campos sensíveis. Soma-se ainda o risco da desumanização das relações e da interferência voraz de sistemas de inteligência artificial (IA) em campos eminentemente humanos, num cenário de pós-humanismo cibernético.

O que alimenta esses temores? Embora a automação tenha sido historicamente confinada a tarefas rotineiras envolvendo atividades baseadas em regras explícitas, a IA está entrando rapidamente em domínios dependentes de reconhecimento de padrões e pode substituir os humanos em uma ampla gama de tarefas cognitivas não rotineiras, seja em relação ao trabalho industrial, de serviço ou de conhecimento. Nessa transformação, há aspectos claramente positivos e outros que inspiram maior reflexão.

Parafraseando a célebre frase narrada por Tucídides, na colossal obra *História da Guerra do Peloponeso*, quando a delegação da cidade de Corinto se empenhava em convencer os relutantes espartanos a abandonar seu temor em declarar guerra a Atenas: não devemos temer a tecnologia (Atenas), o que devemos temer são a nossa ignorância, a nossa indiferença e a nossa inércia. A ignorância, no sentido de não entendermos ou não buscarmos entender o processo histórico que ora se movimenta; a indiferença, no sentido de não nos sensibilizarmos com os efeitos deletérios possíveis, especialmente sobre grandes parcelas menos protegidas ou desfavorecidas da nossa sociedade, de ignorarmos os riscos; ademais, a inércia, traduzida pelo não agir, enquanto indivíduos, sociedade e governos não se preparam devidamente, não estabelecem estratégias adequadas, não constroem seus diques, seus programas, projetos e políticas públicas robustas e suficientes para enfrentar um mundo em transformação.

John Maynard Keynes, em *Economic possibilities for our grandchildren* (1930), argumentava que o aumento da eficiência técnica havia ocorrido de forma mais rápida do que seria possível para lidar com o problema da absorção da força de trabalho. A depressão mundial – consumada com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e a enorme anomalia do desemprego que se estabeleceu – impedia a clareza de visão necessária para que muitos pudessem captar as tendências que se afiguravam, como a do desemprego estrutural. Para Keynes, isso significava “desemprego devido à nossa descoberta de meios de economizar o uso do trabalho ultrapassando o ritmo em que podemos encontrar novos usos para o trabalho”. O economista previa que, mantidas as taxas de crescimento da produtividade geradas pela incorporação de tecnologias nos processos produtivos, e outras condições, em 100 anos o problema econômico mundial da escassez poderia ser resolvido. Em contrapartida, esse ganho de produtividade se daria, principalmente, pela substituição do trabalho humano; portanto, não seria necessário, no futuro, um contingente tão grande de pessoas trabalhando. Dessa forma, o principal problema econômico seria de distribuição de riqueza, não mais de escassez.

A nova onda de inovação tecnológica tem características que a diferem das anteriores, como as da eletricidade, do automóvel, do computador, da internet. Entre elas, a ruptura do padrão de crescimento dos empregos concomitante ao crescimento econômico. Isso nos leva a três questões distintas. Em primeiro lugar, a questão da distribuição de renda enquanto processo a ser revisto e adequado aos novos tempos; em segundo, a questão da transição segura de uma sociedade economicamente baseada na renda do trabalho e emprego para outra em que não haja para muitos; e, por último, mas não menos importante e desafiador, a construção e a viabilização de alternativas para a falta do trabalho enquanto fonte de significado e propósito subjetivos de vida.

A chegada dos chamados modelos de IA do tipo LLM – *Large Language Models* –, treinados a partir de algoritmos de aprendizagem profunda, com uso de quantidades colossais de dados, permitiu o desenvolvimento de produtos surpreendentes, como o ChatGPT, o Bard e o Midjourney. Esses produtos furaram a bolha técnica onde essa tecnologia vinha sendo desenvolvida, ao possibilitar que milhões de pessoas e organizações pudessem utilizar seus recursos nas mais diferentes aplicações. Ao mesmo tempo, trouxeram a concretude das possibilidades de substituição de inúmeras tarefas e funções humanas, reacendendo antigos temores.

Neste momento, há enormes diferenças entre as pesquisas e as projeções sobre o impacto dessas tecnologias. Há argumentos frágeis, e mesmo outros desonestos, tentando desqualificar as preocupações com o risco da eliminação de muitos postos de trabalho. Alguns destes apelam para uma aritmética primitiva e descabida, de que novos empregos e profissões surgirão e compensarão aqueles perdidos. Há dois equívocos nesta lógica: a de que o futuro sempre repete o passado e a de que se trata de uma conta de subtração. A realidade põe por terra esses argumentos: por um lado, milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas, por outro, milhares de vagas não preenchidas pelas empresas por conta da sofisticação das competências exigidas. Isto sem falar do fenômeno da precarização do trabalho, bem representado pelos modelos de plataformas digitais. O pensamento de risco sugere que deveríamos considerar um cenário de intensa substituição de postos de trabalho por sistemas, robôs e máquinas e de crescimento da oferta de postos de trabalho precarizados. Não há mal algum, nessas circunstâncias, em nos prepararmos para isto. A história nos mostra o quanto é mais sábio prevenir do que remediar. E, preparados para o adverso, sabendo que a imagem do futuro não está ainda formada, poderemos esperar pela serendipidade.

Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

01. Em sua totalidade, o texto tematiza

- A) os impactos das inovações tecnológicas para o mercado de trabalho.
- B) as semelhanças entre as inovações tecnológicas do passado e as do presente.
- C) as reações da classe trabalhadora no enfrentamento das inovações tecnológicas.
- D) os aspectos negativos da inteligência artificial na vida dos trabalhadores brasileiros.

02. De acordo com o texto,

- A) é sensato que as sociedades antecipem-se com soluções para futuras consequências do avanço da tecnologia sobre o mercado de trabalho.
- B) é correto estabelecer comparação de igualdade entre os efeitos de inovações tecnológicas do passado e os efeitos das que estão ocorrendo neste século.
- C) os argumentos daqueles que consideram ilegítimas as preocupações em relação à eliminação de postos de trabalho são coerentes com a realidade.
- D) o temor em relação aos efeitos nocivos das inovações tecnológicas sobre o mercado de trabalho é uma característica da segunda década do século atual.

03. Sobre as sequências textuais presentes nos parágrafos 1 e 2, é correto afirmar:

- A) No primeiro parágrafo, há predominância da sequência descritiva, resultante do uso verbos no pretérito perfeito; mesmo havendo apenas um verbo no pretérito imperfeito, este, no interior do parágrafo, estabelece relação de anterioridade e posterioridade.
- B) No primeiro parágrafo, há predominância da sequência descritiva, resultante do uso de verbos no pretérito imperfeito; mesmo havendo apenas um verbo no pretérito perfeito, este, no interior do parágrafo, não estabelece relação de anterioridade e posterioridade.
- C) No segundo parágrafo, há predominância da sequência narrativa, resultante de verbos no pretérito perfeito; mesmo havendo verbos no pretérito imperfeito, estes, no interior do parágrafo, também estabelecem relação de anterioridade e posterioridade.
- D) No segundo parágrafo, há predominância da sequência narrativa, resultante de verbos no pretérito imperfeito; mesmo havendo verbos no pretérito perfeito, estes, no interior do parágrafo, não estabelecem relação de anterioridade e posterioridade.

04. No último período do último parágrafo, o uso da palavra **serendipidade** remete

- A) a uma perspectiva positiva, resultante de uma atitude preventiva para enfrentar as adversidades trazidas pelas inovações tecnológicas.
- B) a uma perspectiva negativa, resultante da constatação de que aderir às inovações tecnológicas é algo inevitável em um mundo em constante transformação.
- C) a um estado de conformismo, resultante de uma atitude de não enfrentamento das adversidades oriundas das inovações tecnológicas.
- D) a um estado de indiferença, resultante da constatação da incapacidade de se pensar, antecipadamente, estratégias para mitigar os efeitos nocivos das inovações tecnológicas.

05. No quinto parágrafo, a resposta ao questionamento feito resulta em um período cujas informações estão conectadas, respectivamente, por relações semânticas de

- A) concessão, adição e alternância.
- B) condição, oposição e explicação.
- C) conformidade, adição e explicação.
- D) causalidade, oposição e alternância.

06. Sobre a organização do sexto parágrafo, é correto afirmar que a ideia central está

- A) explícita no primeiro período, em que o autor estabelece uma sequência de informações, cuja ordem é invertida ao longo do desenvolvimento do parágrafo.
- B) explícita no primeiro período, em que o autor estabelece uma sequência de informações, cuja ordem é mantida ao longo do desenvolvimento do parágrafo.
- C) implícita e o autor estabelece uma sequência de informações, cuja ordem é invertida ao longo do desenvolvimento do parágrafo.
- D) implícita e o autor estabelece uma sequência de informações, cuja ordem é mantida ao longo do desenvolvimento do parágrafo.

07. No sétimo parágrafo, entrecruzam-se

- A) duas vezes, a do autor e outra, que se apresenta sob forma indireta, na primeira e na terceira ocorrências, e sob forma direta, na segunda ocorrência.
- B) duas vezes, a do autor e outra, que se apresenta sob forma indireta, na primeira e na terceira ocorrências, e sob forma híbrida, na segunda ocorrência.
- C) quatro vezes, a do autor e outras três, que se apresentam, respectivamente, sob forma indireta, direta e indireta.
- D) quatro vezes, a do autor e outras três, que se apresentam, respectivamente, sob forma indireta, híbrida e direta.

08. Analise o período a seguir.

O ludismo foi um movimento de trabalhadores iniciado na Inglaterra, no início do século 19, **que** utilizou a destruição de máquinas como forma de pressionar os empregadores contra as condições precárias e contra a mecanização **que** causava demissões e substituição de funções mais qualificadas por outras de pouca exigência técnica e mais mal remuneradas.

A palavra “que” introduz oração

- A) adjetiva, nas duas ocorrências, e exerce função de sujeito.
- B) adjetiva, nas duas ocorrências, e exerce função de objeto direto.
- C) substantiva, na primeira ocorrência, e adjetiva, na segunda ocorrência, com função de sujeito.
- D) substantiva, na segunda ocorrência, e adjetiva, na primeira ocorrência, com função de objeto direto.

09. Analise o período a seguir.

Nessa transformação, há aspectos claramente positivos e outros que inspiram maior reflexão.

Sobre o verbo da primeira oração, é correto afirmar:

- A) é pessoal e concorda com o sujeito “nessa transformação”.
- B) é pessoal e concorda com o sujeito “aspectos claramente positivos”.
- C) é impessoal e, se substituído por “existir”, este seria flexionado no plural.
- D) é impessoal e, se substituído por “existir”, este seria flexionado no singular.

10. Considere o período a seguir.

Em contrapartida, esse ganho de produtividade se daria, principalmente, pela substituição do trabalho humano; portanto, não seria necessário, no futuro, um contingente tão grande de pessoas trabalhando.

Sobre a pontuação desse período, é correto afirmar:

- A) o uso do ponto e vírgula justifica-se por esse sinal de pontuação anteceder uma conjunção adversativa colocada no início de uma oração coordenada.
- B) o uso do ponto e vírgula justifica-se por esse sinal de pontuação anteceder uma conjunção conclusiva colocada no início de uma oração coordenada.
- C) a vírgula colocada após “futuro” poderia ser retirada sem prejuízo às relações sintático-semânticas da língua portuguesa.
- D) a vírgula colocada antes de “principalmente” poderia ser retirada sem prejuízo às relações sintático-semânticas da língua portuguesa.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Suponha que, no Concurso Público para Prefeitura e Câmaras Municipais do Seridó, foram aprovados nove candidatos para o cargo de ASG. Aleatoriamente, esses candidatos devem ser distribuídos, primeiro, quatro candidatos para a Prefeitura de Carnaúba dos Dantas; depois, três para a Câmara Municipal de Caicó; e, finalmente, dois para a Câmara Municipal de Equador. A quantidade de maneiras distintas por meio das quais essa distribuição poderá ser realizada é igual a

- A) 504.
- B) 90.
- C) 24.
- D) 1.260.

12. A Câmara Municipal de Currais Novos tem quatro servidoras entre as mais antigas da instituição: Andréa, Érica, Luciana e Josefa. Sobre essas servidoras, sabe-se, com certeza, que

- I. Andréa tem menos tempo na Câmara que Érica.
- II. Érica tem mais tempo na Câmara que Luciana.
- III. Josefa tem mais tempo na Câmara que Luciana.

Sendo assim, considerando o tempo de trabalho das quatro servidoras na Câmara Municipal de Currais Novos, é obrigatoriamente verdadeiro que

- A) Josefa não é a servidora mais nova.
- B) Érica é a servidora mais antiga.
- C) Luciana não é a servidora mais nova.
- D) Andréa é a servidora mais nova.

13. Considerando o alfabeto oficial da Língua Portuguesa, se $2R - \sqrt{I} - T = M$, então, $C^2 + 3G - \sqrt{P}$ é igual a

- A) W.
- B) Z.
- C) Y.
- D) X.

14. Considere a seguinte frase:

Jardel viajou para Caicó e Kelly curtiu o carnaval.

A negação lógica dessa frase é:

- A) Jardel não viajou para Caicó ou Kelly não curtiu o carnaval.
- B) Jardel não viajou para Caicó e Kelly não curtiu o carnaval.
- C) Jardel não viajou para Caicó ou Kelly curtiu o carnaval.
- D) Jardel viajou para Caicó e Kelly curtiu o carnaval.

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA / CÂMARAS MUNICIPAIS DO SERIDÓ/RN
EDITAL Nº 001/2023

15. Considere que as cidades de Equador, Caicó, Carnaúba dos Dantas e Currais Novos ofertaram, em um concurso, não necessariamente nessa ordem, as seguintes quantidades de vagas: 10, 8, 6 e 9. Em uma conversa informal, os representantes de cada uma dessas cidades fizeram as seguintes afirmações sobre a quantidade de vagas ofertadas:

Representante do Município de:	Afirmação proferida:
Equador	Estamos ofertando 10 vagas.
Caicó	Estamos ofertando 9 vagas.
Carnaúba dos Dantas	Equador está ofertando 6 vagas.
Currais Novos	Estamos ofertando 6 vagas.

Se apenas um dos representantes mentiu e os demais disseram a verdade, então a soma das vagas ofertadas por Equador, Caicó e Carnaúba dos Dantas é igual a

- A) 25.
- B) 26.
- C) 27.
- D) 24.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. As práticas educativas podem ocorrer em diversos ambientes, de várias maneiras, em instâncias formais, não formais e informais. Nesta compreensão a educação não formal é considerada aquela que
- A) ocorre em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação.
 - B) corresponde a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, que se desenvolvem por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural.
 - C) corresponde a ações e influências exercidas pelo meio, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas, especificamente, a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.
 - D) compreende instâncias de formação, escolares ou não, em que há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada, sistemática.
17. Segundo Moaci Alves Carneiro (2020), considerando o aspecto técnico-legal e conforme a prioridade de enfoque exigida nas diversas situações de organização e funcionamento da educação escolar, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode ser vista por vários ângulos:
- I. Como documento de gestão dos sistemas de ensino e de gestão pedagógica das escolas, a BNCC é um instrumento normativo de orientação do planejamento do ensino regular no âmbito da Educação Básica.
 - II. Como fonte normativa de diretrizes voltadas para a parametrização e demarcações dos currículos escolares, a BNCC encorpa conhecimentos temáticos, acumulados ao longo da história humana e dos múltiplos contextos, visualizando o processo de evolução do conhecimento escolar.
 - III. Como documento conceitual-operativo abrangente no campo de domínio da Educação Básica e do **Ensino Superior**, a BNCC essencializa conhecimentos, competências e habilidades a serem trabalhados em sala de aula, pelos professores e alunos.
 - IV. Como corpo de roteirização de conteúdos das aprendizagens, a BNCC organiza as aprendizagens de forma sistemática e articulada, pondo-as ao alcance de todos os alunos que fazem parte do sistema de **ensino brasileiro**.
 - V. Como diretriz de política pública do Estado Nacional na área da educação, a BNCC é um documento que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Diante do exposto, estão corretos os itens

- A) I, II e IV.
- B) I, II e V.
- C) II, IV e V.
- D) I, III, IV.

- 18.** De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, o direito à educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. Nesse sentido, o Art. 12, da Resolução nº 2/2010, apregoa que o planejamento das ações de educação, em espaços prisionais, poderá
- A) contemplar a oferta de Educação Profissional nos estabelecimentos penais, excluindo o estágio profissional supervisionado concebido como ato educativo.
 - B) ofertar projetos e programas governamentais destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), não contemplando as instituições e programas educacionais dos estabelecimentos oficiais de ensino.
 - C) contemplar, além das atividades de educação formal, propostas de educação não-formal, bem como de educação para o trabalho, inclusive na modalidade de Educação a Distância.
 - D) ser financiada com as fontes de recursos públicos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), destinados à modalidade da EJA, não podendo receber recursos financeiros complementares oriundos de outras fontes públicas ou privadas.
- 19.** O Plano Nacional de Educação (PNE) é um plano com responsabilidades compartilhadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Por ser decenal, ultrapassa diferentes gestões de governo, superando, assim, a descontinuidade das políticas públicas. A Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE e dá outras providências, está estruturada da seguinte forma:
- A) No corpo da Lei, traz questões relacionadas às formas de monitoramento e avaliação, à importância do trabalho articulado entre as diferentes esferas governamentais, à participação da sociedade, aos prazos para a elaboração ou adequação dos planos subnacionais e às metas e estratégias com objetivos qualificados e localizados no tempo e espaço.
 - B) No corpo da Lei, traz questões relacionadas às diretrizes, às formas de monitoramento e avaliação, à importância do trabalho articulado entre as diferentes esferas governamentais, à participação da sociedade e aos prazos para a elaboração ou adequação dos planos subnacionais e para a instituição do Sistema Nacional de Educação. As metas e suas respectivas estratégias fazem parte do Anexo.
 - C) No corpo da Lei, traz as metas e suas respectivas estratégias com objetivos quantificados e localizados no tempo e no espaço, com previsões do que se espera fazer em um determinado período para superar ou minimizar um determinado problema. Em Anexo, explicita as diretrizes e as formas de monitoramento e avaliação.
 - D) No corpo da Lei, traz questões relacionadas às formas de monitoramento e avaliação, à importância do trabalho articulado entre as diferentes esferas governamentais, à participação da sociedade e aos prazos para a elaboração ou adequação dos planos subnacionais e para a instituição do Sistema Nacional de Educação. As diretrizes, metas e suas respectivas estratégias fazem parte do Anexo.
- 20.** De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Assistência Social é considerada como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais. É realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas. Como política social pública, rege-se pelos princípios da
- A) universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
 - B) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - C) proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos.
 - D) defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

- 21.** O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal de base territorial. Ele executa serviços de proteção social básica e organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. São considerados serviços de proteção básica de assistência social:
- A) centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para crianças, jovens e adultos.
 - B) serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 8 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - C) programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - D) serviços para crianças de 3 a 10 anos, que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares, ao direito de brincar e a ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças.
- 22.** Para efeitos legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, considera
- A) criança o indivíduo com dez anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre dez e dezesseis anos de idade.
 - B) criança o indivíduo com até doze anos de idade completos, e adolescente aquele entre treze e dezoito anos de idade.
 - C) criança o indivíduo com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e vinte e três anos de idade.
 - D) criança o indivíduo com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.
- 23.** No Art. 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente
- A) medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas lícitas.
 - B) atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, prioritariamente, nos centros especializados.
 - C) oferta de ensino noturno regular, em escolas públicas e privadas, adequado às condições do adolescente com medida socioeducativa.
 - D) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- 24.** O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Segundo Libâneo (1996), as práticas educativas não estão restritas à escola. Nesse sentido, o campo de atuação do pedagogo apresenta desafios amplos e diversos, e, como profissional da educação, o pedagogo deve ser
- A) observador e avaliador de práticas educativas voltadas para a formação intelectual e moral dos estudantes, tendo como foco a transmissão dos diferentes conhecimentos.
 - B) mobilizador de práticas educativas baseadas em conhecimentos determinados pela sociedade e organizados pela legislação, desconsiderando a experiência e a realidade contextual dos alunos.
 - C) mobilizador de competências e habilidades na análise crítica das situações, aliando os princípios éticos, estéticos, políticos e de construção da identidade individual e coletiva.
 - D) observador e avaliador de competências e habilidades das práticas educativas, considerando o professor como o agente principal da transmissão do conhecimento, aliando os princípios políticos e de construção da identidade individual.

25. No âmbito da instituição escolar, as práticas educativas acontecem de forma sistematizada, exigindo um trabalho articulado entre todos os indivíduos que compõem a escola com o intuito de alcançar fins democráticos. No contexto da gestão escolar, relacionado à organização do fazer pedagógico, cabe ao pedagogo
- A) orientar e mediar o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição de ensino.
 - B) participar das reuniões pedagógicas destinadas ao planejamento curricular.
 - C) coordenar os eventos sociais, tentando envolver toda a comunidade escolar.
 - D) participar da elaboração do projeto político pedagógico da instituição.
26. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, em seu Art. 14, apregoa que a lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os princípios de participação
- A) dos profissionais da educação na validação do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolares em Fóruns dos Conselhos Escolares.
 - B) dos demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares e nas ações de garantia do acesso escolar.
 - C) dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.
 - D) das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes e dos docentes nas ações de garantia da democratização do acesso e da permanência escolar.
27. Em consonância com a LDBEN , nº 9394/96, Art. 23, a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Complementando esse artigo, a lei garante que a escola poderá
- A) adequar o calendário escolar às peculiaridades locais, **excluindo** as climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem, com isso, reduzir o número de horas letivas previsto nessa Lei.
 - B) reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.
 - C) reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados entre os **estados federativos**, tendo como base os descritores da avaliação que mede o Índice de Desempenho na Educação Básica (IDEB).
 - D) adequar o calendário escolar às peculiaridades locais, incluindo as climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino e, com isso, **reduzir** o número de horas letivas previsto nessa Lei.
28. Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, buscando a efetivação de uma educação de qualidade social. Para o cumprimento dos seus fins, os conselhos tem as funções:
- A) deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora.
 - B) deliberativa, normativa, fiscal e mobilizadora.
 - C) meritocrática, deliberativa, fiscal e classificatória.
 - D) consultiva, normativa, sugestiva e classificatória.

29. Segundo Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem como um ato de investigar e intervir se torna um recurso pedagógico disponível ao educador para que auxilie o educando na busca de sua autoconstrução e de seu modo de estar na vida mediante as aprendizagens. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem na escola é o ato de
- A) observar a aprendizagem dos educandos; aplicar os instrumentos de avaliação; e qualificar os resultados obtidos.
 - B) aplicar os instrumentos de coleta de dados para a avaliação; realizar a avaliação de acompanhamento independentemente dos resultados obtidos; e analisar os conteúdos trabalhados na avaliação.
 - C) descrever o desempenho da aprendizagem dos educandos; qualificar os resultados obtidos; e realizar a avaliação de acompanhamento, se necessário, para a correção da ação em curso.
 - D) descrever o desempenho da aprendizagem dos educandos; aplicar os instrumentos de coleta de dados para a avaliação; e qualificar os resultados obtidos.
30. O principal instrumento da gestão escolar que pressupõe um contínuo propósito coletivo e uma deliberada construção do futuro da comunidade, do qual participam os diferentes segmentos de uma instituição é
- A) o regimento escolar.
 - B) a proposta curricular.
 - C) o conselho de classe.
 - D) o planejamento participativo.